



ATA DE REUNIÃO

1ª REUNIÃO DE 2024 DE ESPECIALISTAS DO FÓRUM MEMÓRIA, VERDADE, REPARAÇÃO INTEGRAL, NÃO REPETIÇÃO E JUSTIÇA PARA OS POVOS INDÍGENAS

I. LOCAL E DATA

Data: 21 de novembro de 2024

Horário: 10h às 12h

Local: Procuradoria-Geral da República, neste endereço que te enviei: SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, 3º andar, sala 306 - CEP 70050-900 - Brasília-DF

On-line via zoom pelo link: <https://mpf-mp-br.zoom.us/j/85244797600>

II. PARTICIPANTES

- Daniela Greeb
- Edmundo Dias
- Ela Wiecko Volkmer de Castilho
- Elaine Moreira
- Eliana
- Flávio Leão Bastos
- Iara Feraz
- Manoel Lauro Volkmer de Castilho
- Marco Antonio de Almeida
- Marlon Weichert
- Paula Capriglione
- Paulino Monteiro
- Paulo Machado Guimarães
- Rafael Pacheco
- Roberta Amanajás
- Rubens Valente

III. PAUTA

Desafios do Fórum Memória, Verdade, reparação integral, não repetição e justiça para os povos indígenas.





IV. RESUMO

A reunião centrou-se no reforço do desempenho e organização do fórum e na compreensão das decisões. A discussão também girava em torno dos avanços e desafios dos casos em curso relacionados a despejos forçados e violações de arrendamento de terras, e do potencial da criação de um decreto nacional de verdade indígena e da importância de reconhecer potencial no coletivo formado pela iniciativa do fórum. A reunião terminou com discussões sobre a estrutura e o papel do fórum no âmbito do projeto do Relacionais com apoio da Embaixada da Noruega, a necessidade de uma comissão nacional para tratar das preocupações dos povos indígenas, e a organização de uma reunião no dia 10.

V. ASSUNTOS TRATADOS

Contextualização e contribuições do Fórum

A reunião iniciou retomando a última reunião do Fórum destacando que o Fórum deve fazer a incidência não só política, mas uma incidência social, com as suas propostas e os seus objetivos.

e apontando três eixos principais de atuação:

1. A concepção técnica de uma comissão nacional indígena
2. A questão política que a gente tem que ampliar essa projeção da discussão política, pensando no impacto político no início do próximo
3. A questão comunicacional da sensibilização.

Em seguida Marlon passou a palavra ao Dr. Eliana, que acolheu todos e manifestou a sua alegria por ter a sexta câmara presente. Sublinhou a importância de salvar o passado para garantir um futuro de justiça e de paz social. Em seguida Daniela Greeb retomou a contextualização do projeto e conversas sobre a justiça de transição em parceria com a APIB e MPF, retomando os encontros já realizados entre 2023 e 2024 e apresentou a cartilha da metodologia de escuta, que está sendo elaborada no âmbito do projeto Justiça de Transição para os Povos Indígenas em parceria com as Embaixadas da Suíça e Noruega para apoiar o processo de justiça de transição, nos setes casos que o projeto irá estudar, mas em outros casos que o Fórum pode e deve incidir. Além disso, foi destacado a importância da internacionalização do Fórum com este debate de justiça de transição internacionalmente.

Processos de expulsão forçada e de locação de terrenos

Daniela, 6^aCCR, Iara, Edmundo e Paulo debateram os progressos e desafios dos processos em curso relacionados com expulsões forçadas e violações do arrendamento de terras. Iara destacou o caso da família Cucategê do Gavião, que foi retirada à força de sua fazenda no





O Pará em 1969, e os esforços contínuos em busca de justiça para eles. O Edmundo debateu a possibilidade de uma anistia coletiva e a possibilidade de emitir recomendações no caso Krenak. Sugeriu também a possibilidade de envolvimento do poder judicial através de uma ação civil pública para obter medidas obrigatórias. A necessidade de uma ação urgente e a importância da segurança metodológica nos seus trabalhos foi destacado pelo grupo. A equipe debateu igualmente a possibilidade de um decreto para criação da comissão nacional da verdade indígena, seguindo a proposta inicial esboçada.

Iniciativa do Fórum e Impacto Coletivo

A importância de reconhecer o potencial no coletivo formado por iniciativa do fórum, diante do cenário de violência instalado no país, não se pôde esperar muito tempo.

A importância de estarmos atentos ao protagonismo dos povos indígenas por meio das instâncias representativas, como a APIB e as organizações regionais. E a necessidade de qualificar indígenas jovens, homens e mulheres para a pesquisa para eles serem os protagonistas da abordagem, aproximação e o recolhimento de informações junto às vítimas potenciais reais da ditadura foi apontada por Paulino da APIB.

Referiu o caso de Oziel Terena do Mato Grosso do Sul e a necessidade de um impacto coletivo, começando pela família e para além dela. Foi proposta a ideia de grupos de trabalho para identificar e mapear os casos já em curso, além da criação de um grupo para identificar os outros casos potenciais, um grupo de trabalho técnico jurídico, e outro grupo de trabalho de articulação, sensibilização e articulação internacional, para aumentar a sensibilização ao mais alto nível dos diversos Ministérios e as organizações internacionais como a ONU. Foi retomado a importância do fórum se debruçar sobre a metodologia.

Fórum dos Povos Indígenas e Comissões

Ela Wiecko destacou a importância de termos a clareza sobre o que nós queremos, e aí, claro que tem a metodologia para o alcance desse objetivo. Foi proposto que se trabalhasse simultaneamente no fórum, uma comissão estatal e uma comissão internacional, pois o fórum, tal como ele foi constituído e ele está acontecendo. Ele é um espaço que eu considero institucional. Não é institucional do ponto de vista estatal, mas nós temos aqui a presença do Ministério Público. Temos também as instituições públicas Funai, Mpi e instituições da sociedade civil e importante, instituições organizações indígenas, ele já está sendo um espaço de apuração das violações de direitos indígenas. Mas é necessário uma comissão estatal para que além da apuração, termos também o reconhecimento pelo estado de sua responsabilidade. Sublinhou que a escolha do caminho a seguir deveria ser feita pelos povos indígenas, se vamos trabalhar com todas estas frentes ou vamos trabalhar apenas com uma.

O Fórum foi apontado como uma instituição, um organismo que vai trabalhar para frente, para o presente e para o futuro, e a Comissão, eventual Comissão da Verdade é uma coisa que iria trabalhar para o passado.





Paulino discordou da ideia de uma comissão estatal, argumentando que perderia sua autonomia e iniciativa do protagonismo indígena, e sugeriu que a iniciativa e a tomada de decisões deveriam estar nas mãos das comunidades indígenas. Propôs também a criação de grupos de trabalho para o fórum e salientou a importância de se ter em conta a rapidez e a língua dos povos indígenas em qualquer processo de tomada de decisão.

Papel e as expectativas da Comissão

Paulo Machado debateu a importância de compreender a natureza da Comissão e o seu objetivo. Apresentou a compreensão de muitas pessoas que a Comissão não deveria ter o caráter institucional, ou seja, estatal.

Sublinhou a necessidade de o fórum clarificar as suas expectativas e alinhá-las com os objetivos da Comissão. Salientou igualmente as implicações do carácter institucional da Comissão, incluindo o seu impacto potencial nos aspectos organizativos, financeiros e metodológicos. Apontando que se pretende com o Fórum é recuperar a memória, a história em metodologias autônomas, que os povos indígenas desenvolvam, e se for isso é legítimo, mas tem um limite e uma implicação. Paulo manifestou o seu apoio ao papel da Comissão na recuperação da memória e da história, mas salientou igualmente a necessidade de um equilíbrio entre os poderes da Comissão e a autonomia de outras instituições. Concluiu salientando a importância do papel de liderança dos povos indígenas no processo e a necessidade de o fórum compreender as suas expectativas antes de discutir a metodologia.

Papel do Fórum e Comissão Nacional da Verdade

A reunião centrou-se na discussão do papel do Fórum e do seu potencial de atuação. Rubens salientou a importância do Fórum para expor as contradições governamentais e exercer pressão para a criação de uma Comissão Nacional da Verdade Indígena. Sublinhou igualmente a necessidade de os povos indígenas serem os protagonistas desta definição. Edmundo clarificou ainda a distinção entre o Fórum e a Comissão, afirmando que o papel do Fórum consiste em expor as contradições governamentais e exercer pressão para a criação de uma Comissão Nacional da Verdade Indígena, enquanto a Comissão é uma comissão estatal com poderes específicos. Sugeriu também que o Fórum pudesse apresentar um pedido de anistia colectiva a todas as vítimas do *caso Surui-Aikewara*. A conversa terminou com o reconhecimento da necessidade de uma proposta para a criação de uma comissão nacional o mais rapidamente possível, de modo a que haja tempo para a Comissão agir dentro dos próximos dois anos de gestão do atual Governo Federal.

Abordar as questões urgentes das populações indígenas

Os participantes debateram a urgência de abordar as questões relativas às populações indígenas, nomeadamente no que se refere ao Congresso Nacional e à posição do Governo. Manifestaram-se preocupados com a falta de progresso e com a necessidade de uma comissão estatal fazer as necessárias reparações. Os participantes debateram





igualmente a necessidade de vontade política por parte do Governo para progredir e a importância de envolver as populações indígenas no processo de tomada de decisões. Concordaram com a necessidade de agir rapidamente e de continuar a insistir na mudança.

Expansão e Autonomia do Projecto Piloto

A importância do tempo político no projeto piloto dos setes casos de estudos com apoio da embaixada é de dois anos, mas a previsão é que este projeto envolva apenas sete povos indígenas, mas temos que pensar em como escalar tendo em vista os 305 povos do Brasil. Sugeriu que o projeto poderia levar mais um ano a ser concluído e que é crucial garantir a autonomia dos povos indígenas no processo. Foi proposta também a criação de grupos de trabalho centrados em casos, técnicos jurídicos, articulação e incidência interna, comunicação e sensibilização social. Foi encaminhado a decisão sobre as próximas etapas que será tomada na próxima reunião plenária de 10 de dezembro.

Discussão sobre a Estrutura e o Papel do Fórum

A reunião envolveu discussões sobre a estrutura e o papel do fórum no âmbito do projeto Justiça de Transição para os Povos Indígenas, Daniela propôs que o fórum não parasse devido a limitações de recursos do projeto e sugeriu que o fim do projeto em 2026 pudesse ser utilizado para ampliar os estudos de casos. Rafael concordou com a ideia de organizar frentes ou GTS para um trabalho mais dinâmico e funcional do Fórum. Sugeriu igualmente que o fórum poderia desempenhar um papel como órgão de observação das instituições da sociedade civil, a fim de acompanhar as recomendações e controlar a sua posterior execução. Foi igualmente discutida a ideia de um prazo para a Comissão, tendo Rafael sugerido que esta deveria ter um prazo suficientemente longo. Flávio destacou a importância de não deixar o Estado desempenhar o seu papel em todo o trabalho e sugeriu a utilização de instrumentos internacionais para dar maior força à criação da comissão. A conversa terminou com uma discussão sobre a necessidade de desvincular as 13 recomendações da CNV da perspectiva de criação de uma comissão nacional da verdade indígena.

Comissão Nacional dos Povos Indígenas

A necessidade de uma comissão nacional para tratar das preocupações dos povos indígenas foi retomada enfatizando a importância de respeitar todas as regras e opiniões. Sugeriu que a comissão pudesse ser interministerial, com a nomeação de membros pelo presidente, e que deveria priorizar o protagonismo indígena. A necessidade de uma abordagem metodológica para garantir o êxito da Comissão foi destacada como fundamental. Destacou ainda a importância do envolvimento com as organizações durante o processo de registro de documentos e informações, e propôs apresentar as exigências prioritárias para os próximos dois anos no CNPI. Foi mencionada também a reação do governo à proposta de agenda para o Ministério e a necessidade de mudanças estruturais no Estado para satisfazer as exigências da justiça de transição. Finalmente, manifestou o empenho no processo e a necessidade de o Conselho reconhecer a legitimidade do Fórum.





Reunião de planejamento e coordenação do fórum

Daniela e Paulino discutiram a organização de uma reunião no dia 10 de dezembro, que será realizada na sede da APIB em Brasília. Acordaram em realizar uma reunião de coordenação no mesmo dia pela manhã, a fim de preparar a reunião. Discutiram igualmente a necessidade de uma apresentação e a importância de se ter uma ordem de trabalhos para o fórum. Marlon sugeriu que a reunião fosse agendada para o dia 26, às onze horas para planejamento. Daniela mencionou que disponibilizará todos os documentos da reunião no site do fórum, para garantir a transparência no processo.

DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

1. Equipe de coordenação irá organizar e preparar a reunião de 10 de dezembro na sede da APIB.
2. Equipe de coordenação irá agendar uma reunião online antes de 10 de dezembro para organizar a apresentação e finalizar as datas futuras previstas.
3. Equipe de coordenação irá propor a criação de grupos de trabalho (GT) na reunião de 10 de Dezembro. Os membros do Fórum devem considerar a possibilidade de se juntarem a grupos de trabalho específicos (GT) com base nos seus conhecimentos especializados.
4. Paulino irá apresentar uma proposta na reunião do CNPI sobre a criação de uma Comissão Nacional da Verdade Indígena.
6. Daniela enviará um e-mail aos membros do fórum com informações sobre o novo website do fórum e endereço de e-mail.
7. Paulino discutirá o processo de Pataxó com Paulinho Guimarães.
8. Os membros do Fórum devem elaborar uma agenda para 2025 para o fórum, incluindo eventos nacionais e internacionais.
9. Equipe técnica jurídica (potencialmente liderada por Flávio e Paulo) iniciará a elaboração de uma proposta para a Comissão Nacional da Verdade Indígena.
10. Os membros do Fórum devem ponderar a forma de envolver mais ativamente o MPI (Ministério dos Povos Indígenas) no processo.

